



METODOLOGIAS DECOLONIAIS: um museu de grandes novidades?

MÉTHODOLOGIES DÉCOLONIALES: un musée des grandes nouvelles?

METODOLOGÍAS DECOLONIALES: ¿un museo de grandes novedades?

Fagner Torres de França¹

Resumo: O presente artigo discute a urgência de um fazer decolonial para o tempo presente, no plano existencial, científico, ético e político. Parte-se de uma crítica ao que chamamos de velho paradigma científico ocidental para avizinhar-se da ideia de uma *scienza nuova*, que tem por base a interpelação do saber-fazer científico clássico ocidental, que já não suporta sozinho a capacidade de lançar luz sobre fenômenos globais cada vez mais complexos. Em seguida, apresenta-se alguns traços do fazer-científico decolonial apontando seus pontos fortes e algumas críticas. Termina-se por situá-lo no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Pensamento Decolonial. América Latina. Ciência.

Resumen: Este artículo discute la urgencia de una acción descolonial en la actualidad, a nivel existencial, científico, ético y político. Se parte de una crítica de lo que llamamos el viejo paradigma científico occidental para abordar la idea de una *scienza nuova*, que se basa en el desafío del saber hacer científico occidental clásico, que ya no apoya la capacidad de arrojar luz sobre fenómenos globales cada vez más complejos. A continuación, se presentan algunos rasgos de la elaboración científica descolonial, señalando sus fortalezas y algunas críticas. Termina ubicándolo en el contexto brasileño.

¹ Fagner Torres de França é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. fagnertf@yahoo.com.br.

Palabras clave: Pensamiento Decolonial. América Latina. Ciência.

Résumé: Cet article évoque l'urgence d'une action décoloniale pour le moment présent, aux niveaux existentiel, scientifique, éthique et politique. Il commence par une critique de ce que nous appelons l'ancien paradigme scientifique occidental pour aborder l'idée d'une *scienza nuova*, qui repose sur la remise en question du savoir-faire scientifique occidental classique, qui ne supporte plus la capacité d'éclairer des phénomènes mondiaux de plus en plus complexes. Ensuite, quelques caractéristiques de la fabrication scientifique décoloniale sont présentées, soulignant ses atouts et quelques critiques. Il finit par le replacer dans le contexte brésilien.

Mots clés: Pensée Décoloniale. Amérique Latine. Science.

INTRODUÇÃO: a ciência é um cão dos diabos

A palavra “paradigma” deriva do grego e tem o sentido de “modelo”, “padrão”, “exemplo” a ser seguido, respeitado, observado, utilizado. Os paradigmas são o núcleo duro sobreposto por uma série de camadas, que podemos chamar de teorias, doutrinas e até mesmo alguns dogmas. Os paradigmas são, de certa forma, os instrumentos de uma dada época, de uma dada sociedade, que nos permitem (melhor seria dizer: exigem) pensar de determinada maneira, seguindo alguns pressupostos lógicos. As Universidades são um bom exemplo disto. As disposições arquitetônicas das salas, dos setores e blocos de aula favorecem um tipo de organização educacional diferente de outros. Portanto, sugere uma dinâmica ocupacional. Mas trata-se de uma possibilidade entre outras.

Isso denuncia o caráter de construção social da realidade. O oposto da construção é a desconstrução. Pensar por dicotomias ou opostos é uma das formas mais frequentes de raciocínio moldadas no Ocidente: homem/mulher, claro/escuro, preto/branco/, cru/cozido, bom/mau, belo/feio, alto/baixo, liso/rugoso, natureza/cultura. Em suma, os paradigmas são os *a priori* que nos permitem pensar por meio de uma determinada fórmula. Estes *a priori* são ao mesmo tempo tão fortes, incorporados, internalizados, naturalizados e onipresentes que simplesmente não nos damos conta de sua presença ao elaborarmos uma reflexão sobre o mundo.

Para chegar ao seu núcleo precisamos passar pelos estereótipos, dogmas, doutrinas, teorias, até atingir o centro gerador do pensamento. Quando este centro é “atacado”, duas coisas podem acontecer: forma-se um tipo de escudo protetor

(muitas vezes real e militarizado, como quando defende-se uma ideia) ou regenera-se o paradigma por meio de uma revolução científica (KUHN, 1978), abrindo espaço para o estabelecimento e fortalecimento de um outro paradigma, que provavelmente será também combatido.

Essa é a lógica de funcionamento da ciência ocidental. É próprio da teoria científica funcionar pelo princípio da falseabilidade ou refutabilidade, princípio filosófico-científico proposto por Karl Popper (1972). Em outras palavras, ao invés de procurar os pontos fortes de uma teoria os cientistas deveriam se preocupar com suas partes frágeis, refutáveis, capazes de desacreditá-la. Se uma teoria não se oferece à análise universal pela classe dos cientistas, então pode ser tomada por dogma ou mito, que não admite ser posta a exame. Dessa forma a ciência transformou-se, no passar dos séculos, na principal narrativa explicativa dos fenômenos do mundo moderno. O edifício da religião, para citar apenas um exemplo, é sustentado por seus dogmas. É uma outra narrativa, assim como a filosófica. Mas, ao ficar doente, a maioria das pessoas procura por um médico antes (ou depois) de recorrer às suas igrejas, templos, terreiros, ou à leitura de Nietzsche e Schopenhauer.

Pode-se, portanto, refutá-la? Deve-se sempre tentar. Um cientista verdadeiro aceita submeter sua teoria à artilharia dos pares. Isso a torna mais consistente e crível. Sendo verdadeira, um dia ela prevalecerá, mesmo que demore alguns séculos, como no caso do heliocentrismo. Uma revolução paradigmática não se processa do dia para a noite. É preciso convencer a comunidade científica da inviabilidade de uma certa teoria em benefício de outra, mais correta. Pelo menos este deveria ser o procedimento padrão, segundo o paradigma científico com o qual escolhemos viver e trabalhar nas universidades. Por isso que, em monografias, dissertações e teses, o cientista precisa “defender” (essa é a palavra, infelizmente) sua pesquisa do “ataque” epistemológico dos outros cientistas.

O presente artigo, portanto, vai dialogar com as teorias decoloniais, apontando principalmente seus pontos fortes e alguns pontos fracos, vistos de um determinado ponto de vista (ou de um determinado paradigma científico).

O VELHO ESTÁ MORRENDO e o novo ainda não nasceu (totalmente)

Nesta parte do texto desenvolvo duas ideias centrais. A primeira afirma que o velho paradigma científico está morrendo. A segunda aposta no nascimento de um novo fazer científico, uma *scienza nuova*, na qual o fazer decolonial tem lugar privilegiado. Em primeiro lugar, do que falamos quando fazemos referência ao velho paradigma? O ocidente viu, desde o berço, pelo menos duas espécies de ciência conforme seu menor ou maior grau de abstração. A primeira era “desespecializada”, mais próxima da natureza, do sensível e do concreto (embora tenham também seus níveis de abstração).

Leonardo da Vinci, nesse sentido, é paradigmático. Pintor, engenheiro, matemático, anatomista, escultor, botânico, poeta, músico. Podemos pensar também sobre as comunidades originárias do continente Americano, versadas em múltiplos conhecimentos, capazes de diferenciar centenas de espécies de plantas e árvores, suas propriedades, e decodificar os sinais da natureza. Esse sistema, segundo Claude Lévi-Straus (1989), seria o pensamento sensível, ou selvagem, que se diferencia do pensamento domesticado por ser mais próximo da natureza e basear-se em grande medida na experiência empírica *in vivo* e não *in vitro*.

Para os ocidentais, a partir de pelo menos o século XVII, com René Descartes, surge a ciência moderna, um novo tipo de conhecimento, mais abstrato, especializado e fragmentado, capaz de “dividir cada uma das dificuldades [...] em tantas parcelas quanto possível e quanto necessárias forem para melhor resolvê-las”². Podemos dizer que estamos diante de uma revolução científica. Mas o que a caracteriza? Suas principais características são o pensamento redutor, disjuntivo e fragmentado. Hoje, podemos falar de uma hiperespecialização das ciências, materializada nos feudos universitários onde professores são “proprietários” de determinados autores ou temas, enquanto outros dedicam-se a saber infinitamente muito sobre o infinitamente pequeno.

É o reino da fragmentação. O corpo humano, apenas para citar um exemplo, é dividido em uma centena de especialidades, mas nenhuma capaz de observar o sujeito como um todo. É a tirania da especialização, que chancela os discursos de

² DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. Notas de Gérard Lebrun. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/descartes-discurso-do-mc3a9todo-trad-jacc3b3-guinsburg-e-bento-prado-jr-com-notas-de-gerard-lebrun-publicac3a7c3a3o-autorizada-pelos-detentores-dos-direitos.pdf>. Acesso em 25 jul 2020. p. 13.

verdade. Qualquer pessoa que um dia já ousou discordar de um especialista sabe disso. Isso *não* significa, nas palavras de Edgar Morin, “que as distinções, as especializações, as competências devam dissolver-se. Isso significa que um princípio federador e organizador do saber deve impor-se” (2014, p. 10).

Mas algo verdadeiramente interessante acontece com a ciência no começo do século XX. As ciências sociais, como sabemos, nascem tentando estabelecer uma proximidade ou uma similitude com as ciências da natureza ou as ciências exatas. Ainda hoje uma certa quantofrenia acomete alguns pesquisadores das ciências humanas. São os sujeitos capazes de explicar tudo pelos números, como se eles por si só tivessem força explicativa sobre a realidade, independente dos sujeitos que os manipulam. São absolutamente objetivos, neutros, imparciais e esvaziados de subjetividade. Este é um mito que o pensamento decolonial desconstrói.

Enquanto as ciências sociais tentavam se aproximar das ciências exatas, como a física (daí a ideia de física social), estas últimas distanciavam-se das ciências humanas enquanto operavam uma verdadeira revolução paradigmática em seus pressupostos. O nascimento da física quântica provoca um choque capaz de abalar todo o espectro científico. O mundo jamais seria o mesmo. Partículas ainda menores que o átomo são descobertas. Com elas, o vazio, a teoria da relatividade, a matéria escura, o efeito do sujeito observador capaz de modificar o objeto observado, a teoria do caos, a ideia de que a luz se comporta às vezes como onda, às vezes como partícula. Ou seja, o universo é muito mais shakespeariano (cheio de som e fúria, significando nada), do que newtoniano.

As bases epistemológicas das ciências são abaladas, assim como as noções de sujeito e objeto, neutralidade axiológica, objetividade. A *scienza nuova* abre espaço para o princípio da incerteza, da incompletude, da conjunção, do ser e não ser, da contradição, da dialógica e da complementaridade. Enquanto isso, alguns saberes começam a se reagrupar no sentido de tentar compreender fenômenos cada vez mais complexos. Nascem a Ecologia, a Neurociência, a Sociobiologia etc.

Até a Segunda Guerra Mundial, potências imperialistas da Europa colonizavam ainda parte do mundo. Após a Segunda-Guerra, as novas grandes potências, principalmente os EUA, buscam conhecer e colonizar as epistemes e a cultura de parte do mundo em proveito de sua dominação. Não à toa, vários pensadores dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais fizeram suas carreiras em

lugares como Oxford e Harvard, como no caso de Stuart Hall, Hommi Bhabha, Edward Said. Mas tais autores emulam uma discussão de alcance global e disruptivo, no momento em que o mundo passa por um processo simultâneo de avanço na globalização e na descolonização.

ESTUDOS decoloniais

Para alguns estudos decoloniais são uma moda, ou mesmo desnecessários. Os critérios de validação e verificação colocados pela ciência ocidental são universais e aplicam-se no Brasil ou na China. O princípio da falseabilidade está aí para ser testado. Os paradigmas, instrumentos, hipóteses, e metodologias são amplamente compartilhados. Para outros, essa é uma meia verdade. Minha posição, embora crítica, posiciona-se claramente deste lado. Para os estudos decoloniais, as ideias mesmas de “paradigma”, “instrumento”, “hipóteses”, “metodologia”, são eurocêntricas. Serem eurocêntricas significa que foram elaboradas em um determinado lugar, em determinadas condições, em contexto específico, a partir de determinados pressupostos. Trata-se de uma ciência antidialógica, impositiva, extrativa, localizada e interessada. A naturalização desta forma de pensar eurocêntrica torna fácil a negação de outros saberes para quem pratica a hegemonia epistemológica. Quem domina os conceitos, as palavras, exerce domínio também sobre uma vasta região da realidade. Por exemplo, construindo a inferioridade simbólica dos sujeitos subalternos. Nomear é tomar posse.

82

Esse texto desliza entre a impessoalidade e o uso da primeira pessoa. Desliza entre o vício e a vontade de desconstrução. A impessoalidade, de certa forma, ajuda a esconder a violência simbólica e epistemológica de um pretense sujeito suposto saber que legitima e autoriza a minha fala, uma fala fria, neutra, rigorosa, criteriosa. Quanto menos apareço, quanto mais (cito as) referências, mais legitimação terei dos pares (e também menos surpresas), que reconhecem imediatamente o saber institucionalizado. Quem vai contradizer Foucault ou Bourdieu? Derrida ou Malinowsky? Um texto em primeira pessoa é bem mais perigoso.

Por isso considero de suma importância o fazer decolonial. Vejamos: é mais fácil dizer que fazer. O paradigma se caracteriza por deixar marcas profundas na sociedade por meio de um *imprinting* cultural. De certa forma, delinea o espírito

do tempo, produz fortemente subjetividades, conduz a sujeitos assujeitados. De forma paradoxal, é justamente o ramerrão diário o responsável, em última análise, pelos pequenos (ou grandes) fascismos que carregamos diariamente.

O fazer decolonial é justamente um desfazer colonial. Desfazer gêneros, estereótipos, pré-conceitos, etnocentrismos e vicissitudes fortemente arraigados em nosso ser. Nesse sentido, o fazer decolonial não é uma fúria novidadeira, mas uma recriação de nossa maneira de pensar, sentir, existir, agir, amar, conviver, compartilhar (OCAÑA; LÓPEZ, 2019). Pode ser visto, por exemplo, em Guaman Poma de Ayala (s/d), cronista peruano do século XVI, ou em Michel de Montaigne (2010), à mesma época, na França, ajudando a desconstruir a imagem dos chamados povos “bárbaros” da América (lembramos do famoso capítulo sobre a prática do canibalismo entre os índios brasileiros), apenas para citar dois exemplos, em dois continentes diferentes, de dois sujeitos, em posições diversas, que não se conheciam, mas partilhavam do mesmo sentimento proto-decolonial. A decolonialidade é, de certa forma, a sistematização e a nomeação de uma forma de pensamento já presentes em alguns autores no mundo. O pensamento decolonial não é necessariamente geográfico. Por isso não prescinde de pensadores europeus ou estadunidenses, africanos, asiáticos ou latino-americanos.

83

O pensamento decolonial é, ao mesmo tempo, uma proposta de vida e de ciência. Articula-se, por exemplo, com as sociologias das ausências e das emergências, do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010), no sentido de garantir visibilidade a modos de existência e experiências invisibilizados, ao mesmo tempo em que propõe resistência a um sistema político, econômico e social montado sobre o tripé colonialismo, capitalismo, patriarcado.

No caso das ciências e das metodologias de pesquisa, há aqui também um trabalho de descolonização a ser feito. Tracemos uma breve descrição comparativa entre o velho paradigma científico do ocidente e o “novo” paradigma do fazer decolonial, sempre tendo em mente que para configurar um fazer e uma vida decolonial não podemos aplicar nem métodos nem técnicas (OCAÑA, LÓPEZ, 2019, p. 156), que remetem a ideia de manipular, manejar e instrumentalizar, mas praticar uma economia da atenção, da escuta, da participação e da reciprocidade.

O velho paradigma científico do ocidente parte de um modelo extrativista e unilateral de investigação. A ideia é extrair o máximo de informação possível do lugar, dos sujeitos, do fenômeno, das coisas. O fazer decolonial aposta no

contemplar comunal, conversar, observar, refletir, compartilhar. Aquele trabalha, em grande parte, ainda na perspectiva sujeito-objeto. Este último tem sensibilidade para encetar uma relação eu-tu, ao invés de eu-isso. Assim, precisa participar da vida da comunidade, estar com ela, ser parte dela, embora mantendo o relativo estranhamento característico do olhar antropológico.

O primeiro concebe o objeto pela redução (como no exemplo de Descartes) e pela fragmentação. O fazer decolonial exige um observador/mediador sensível tanto para os detalhes quanto para a totalidade, pois sabe que a parte é, ao mesmo tempo, maior e menor que o todo. Não se pode definir um peixe a não ser em sua relação com a água. As principais características do fazer decolonial são, portanto, o *contemplar comunal*, o *conversar alterativo*, pois que precisa necessariamente reconhecer a alteridade, e a *reflexão configurativa*. Não se trata de impor interpretações, de extrair informação, mas de refletir conjuntamente.

No limite, trata-se de descolonizar as ciências sociais. Mas por quê? Por dois motivos principais. Primeiro porque a ciência em geral, e as humanas em particular, estiveram na ponta de lança dos projetos de colonização do mundo. Projetos claramente ideológicos, em constante negação da alteridade. Ou seja, estiveram a serviço de um projeto de poder, lastreado na dominação, exploração, conquista, extermínio cultural, genocídio e epistemicídio. Por exemplo, com a construção política, social e conceitual da ideia de raça, que, segundo Aníbal Quijano, não existia até à chegada dos europeus na América. Em suas palavras,

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (...). Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista (2005, p. 107).

Das ciências biológicas (eugenia, evolução) às sociais, a ideia sempre foi forjar a superioridade genética, fenotípica, intelectual, física e cultural que justificasse a dominação de um povo por outro. Uma dominação que requer o jugo ou extermínios físicos, morais, culturais. Entramos, aqui, numa lógica perversa, caracterizada por Albert Memmi (2007) como a dialética senhor/escravo, colonizador/colonizado, que cria uma interdependência mútua capaz de conjugar um jogo de tensão de amor e ódio – ainda hoje.

DISCUSSÃO final

Forjou-se, dessa forma, uma *ontologia* do sujeito social difícil de superar. Digo ontologia porque, mesmo após os processos de descolonização, a colonialidade do ser persiste e resiste. Não é possível compreender a subjetividade do brasileiro (a naturalização, por exemplo, da desigualdade social) sem levar em conta 350 anos de escravização. A dialética senhor/escravo, colonizador/colonizado não nos abandona. A ideia que se tinha da população negra ou indígena permanece com muitas semelhanças mesmo após 132 anos de abolição da escravatura. São vidas precárias, vidas nuas, não passíveis de pena ou luto, apenas motivo de escárnio. São corpos matáveis, por ainda não encontrar reconhecimento na partilha do sensível.

O ideal de embranquecimento da população brasileira permaneceu muito forte pelo menos até a década de 1930, quando um projeto de nação vislumbrado por Getúlio Vargas vê na ideia de democracia racial, formulada por Gilberto Freyre em 1933 (2001), a possibilidade de finalmente formarmos uma “comunidade imaginada”, utilizando expressão consagrada de Benedict Anderson (2008). A cultura negra seria festejada por sua criatividade, inventividade e alegria, enquanto as comunidades originárias contribuiriam com sua rica cultura culinária.

Essa representação social nunca convenceu suficientemente parte expressiva dos brasileiros, que consciente ou inconscientemente ainda luta pela exclusividade de acesso ao Estado e aos recursos e equipamentos públicos, em detrimento de uma ralé trabalhadora (SOUZA, 2009). Parte da elite brasileira jamais aderiu completamente à ideia de miscigenação e democracia racial. Sem mais escravos para servi-la, esforçou-se na criação e manutenção de uma classe que lhes servia bem e a um custo barato. Geralmente negra, esta ralé é descendente dos escravizados libertos, sim, mas sem um único direito social, de moradia, saúde, alimentação ou trabalho. São eles e elas que povoam as centenas de favelas espalhadas pelo país afora.

A corte portuguesa deixou o Brasil em 1889, mas apenas fisicamente. Espiritualmente, continuamos nos sentindo súditos de Sua Majestade. Os intérpretes do Brasil do século XX não conseguiram desfazer a dialética colonizador/colonizado. Apenas transferiu o objeto de emulação. Somos

corruptos, conduzidos por políticos corruptos, num país corrupto. Somos patrimonialistas, conduzidos por um estado gigantesco e excessivamente burocratizado porque fomos colonizados por Portugal, ou melhor, pela ralé portuguesa, enviada para povoar o país.

Tal é a narrativa. O estado perdulário e corrupto não serve ao povo. É preciso desfazer-se dele. Como? De duas formas. Entregando o país aos chamados gestores, técnicos e especialistas e construindo um outro mito de nação, localizado nos EUA. Lá tudo funciona, o estado é mínimo, as pessoas ganham bem, são gente honesta. Este deveria ser o nosso ideal de nação, um lugar onde a mão invisível do mercado funciona perfeitamente, e de onde os comunistas foram extirpados. Essa é a ideia motriz de uma sociedade que jamais conseguiu construir-se a si mesma. Claramente, um mito racial (nos EUA apenas 13% da população é negra, embora seja 25% dos encarcerados sejam negros), aliado a um mito evolucionista (o ideal de desenvolvimento que almejamos) estão em pleno funcionamento. Possuímos as ideias assim como elas nos possuem.

Por esse motivo, faz-se urgente defender uma profunda descolonização do saber, da ciência, do pensamento, da vida, da existência. Por isso insisto na ideia da descolonização do ser. A colonização da alma nos atravessa pelo menos desde o século XIX, com a *intelligentsia* eugenista, passando pelo século XX, com os teóricos da miscigenação e, posteriormente, da dependência econômica, até o século XXI, quando a luta de classes, raças e gêneros se revela e se acirra.

De alguma forma, é preciso fazer a crítica do pensamento decolonial. O pensamento decolonial deve ser pautar por uma constante autocrítica. O movimento decolonial promove a recuperação, a emergência e visibilização das experiências sócio-histórica das minorias. Negros, mulheres, comunidade LGBTQIA+, nordestinos, pobres e suas respectivas interseccionalidades. É absolutamente fundamental que estes grupos ocupem a arena pública e discutam abertamente suas demandas. O caminho do reconhecimento, da visibilidade, da partilha do sensível é sem volta (ou deveria ser).

Mas qual o próximo passo? Penso eu que seja a partilha do comum, embora não veja como isso seria possível. A fragmentação e fechamento da identidade colabora para o problema do identitarismo. O identitarismo, aquele que não busca o diálogo, carrega em si a semente do microfascismo (ou do fascismo aberto). Ao mesmo tempo, inviabiliza outras lutas. A herança patriarcal brasileira, por exemplo, junto ao processo de emancipação das mulheres, produz uma

subjetividade masculina cada vez mais frágil. É possível que um dia todos sejamos reconhecidos em nossas demandas, mas o perigo é que façamos isso em detrimento do diálogo, da comunicação, da ação comum, das forças de conjunção. Essa é uma agenda para o futuro, mas que precisa ser desenhada desde agora. O que nos co-move? À nous la liberté!

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. Notas de Gérard Lebrun. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/descartes-discurso-do-mc3a9todo-trad-jacc3b3-guinsburg-e-bento-prado-jr-com-notas-de-gerard-lebrun-publicac3a7c3a3o-autorizada-pelos-detentores-dos-direitos.pdf>. Acesso em 25 jul 2020. p. 13.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. – Campinas, SP: Papyrus, 1989.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado, precedido do retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe de Sampaio Doria. Edição revista e modificada pelo autor. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

OCAÑA, Alexander Ortiz; LÓPEZ, Maria Isabel Arias. *Hacer decolonial: desobedecer a la metodologia de investigación*. *Hallazgos* 16(31), 147-166, 2019.

POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UNB, 1972.

QUIJANO, Aníbal. “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SOUZA, Jessé. *A Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

AYALA, Guaman Poma. *Nova Coronica y buen gobierno*. (s/d).

Artigo recebido em: 08 de setembro de 2020.

Artigo Aprovado em: 17 de dezembro de 2020.